

37 TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA DIANTE DA NOVA REALIDADE ECONÔMICA E DIGITAL

BRAZILIAN TAXATION IN THE FACE OF THE NEW ECONOMIC AND DIGITAL REALITY

Elizabeth Rosa de Mello¹

Ana Beatriz Gomes Pereira dos Santos²

Lucas Moraes Silva³

Palavras-chave: Sistema Tributário brasileiro; nova realidade econômica e digital; revolução 4.0; Justiça da Tributação.

Este resumo trata do Projeto de Pesquisa (BIC/UFJF) sobre Tributação Brasileira diante da nova realidade econômica e digital, que ainda se encontra em fase inicial de análise e pesquisa do material bibliográfico, tendo como propósito o aprofundamento dos temas delimitados para elaboração de um artigo científico com objetivo de publicação. A caracterização desse Projeto contempla as modificações econômicas e sociais que ocorreram e ocorrem no Brasil com o advento da pandemia da Covid-19. De um lado houve o estado de calamidade pública, que trouxe grandes consequências de difícil reparação para os entes da Federação e para a sociedade, por outro lado tivemos um vertiginoso avanço nos meios tecnológicos, fazendo imprescindível a discussão acerca da Reforma Tributária nacional.

Nesse cerne, será realizado um estudo aprofundado e crítico das Propostas de Emendas Constitucionais que tramitam no Congresso Nacional, a PEC 45 e PEC 110 (BRASIL, 2019), e do Projeto de Lei do Governo Federal de nº 3.887 (BRASIL, 2020), que visam alterar o Sistema Tributário Brasileiro, tendo em vista que atualmente é um dos maiores problemas do país, sendo caracterizado como desigual. No entanto, será questionada qual a melhor forma de tributação na atualidade e se as PECs buscam atingir uma tributação mais justa.

Para tanto, será levado em consideração os tributos frente a revolução 4.0, e as divergências doutrinárias e jurisprudenciais sobre tributação na nuvem, *e-readers*, *e-books*, *streaming*, *softwares*, internet das coisas e aquisição de criptomoedas, bem como o futuro próximo, que consiste no metaverso e a expansão dos NFTS (*non fungible tonken* ou tokens não fungíveis).

Os objetivos desta pesquisa consistem em conhecer o Sistema Tributário Brasileiro, entender as PECs mencionadas anteriormente e outras que vierem a ser formuladas no decorrer da pesquisa. Outrossim, será abordado a distinção entre Tributação Justa e Justiça da Tributação, compreendendo as desigualdades sociais e regionais do Brasil, e quais foram os impactos da pandemia da COVID-19 que ainda se faz presente; do conflito entre Rússia e Ucrânia e a tributação mundial; da revolução digital 4.0 na tributação brasileira.

Em conclusão, pode-se asseverar que esta pesquisa terminará com a elaboração de um artigo científico que buscará propor uma tributação mais justa, verificando se os eleitos

¹ Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e do Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-1430-3307>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3520225175774826>. E-mail: elizabeth.mello@ufjf.br.

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gomes.anabeatriz@estudante.ufjf.br

³ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lucasmoraes.silva@estudante.ufjf.br.

mecanismos fiscais e tributários existentes e que estão em tramitação no Congresso Nacional poderão auxiliar na mitigação das desigualdades sociais e regionais do país, sobretudo, para a efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente, a ODS09, da Organização das Nações Unidas, que visa promover a industrialização inclusiva, sustentável e fomentar a inovação. Ademais, com o desenvolvimento do artigo, também, poderão ser realizadas propostas de alterações às PECs e Projetos de Lei que vierem a ser tramitados durante o estudo.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 nov. 2022.
- BRASIL. Planalto. **Lei 5.172/1966**. Dispõe sobre o Código Tributário Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm. Acesso em: 5 jun. 2022.
- CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional**. 18. ed. rev., ampl. e atual. até a Emenda Constitucional n.38/2002. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.
- FALCÃO, Amílcar. **Fato Gerador da Obrigação Tributária**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- MARINS. James (coordenador). **Tributação e Tecnologia**. São Paulo: Juruá, 2002.
- MELLO. Elizabete Rosa de. **Direito Fundamental a uma Tributação Justa**. São Paulo: Atlas, 2013.
- MELLO. **O Princípio da boa-fé no Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- NAKAMOTO, Satoshi. **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System, 2008**. Disponível em: <<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- PAULSEN. Leandro. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 8. ed. Rio Grande do Sul: Livraria do Advogado, 2013.
- PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Normas de Interpretação e Integração do Direito Tributário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.